

Correção do Imposto de Renda na fonte poderá aumentar de 30% a 50%

Fernando Martins

Brasília — A correção da tabela do Imposto de Renda retido na fonte, a partir de julho, poderá ser de 30% a 50%, segundo alternativas que estão sendo estudadas pelos técnicos da área econômica. A medida prejudica o contribuinte já que elimina a habitual correção da tabela em outubro, quando a inflação estará mais alta.

Outra medida da área tributária em estudo é a redução do tempo de permanência na rede bancária dos tributos federais. As duas providências, de acordo com alta fonte governamental com acesso às decisões do pacote econômico em elaboração, permitirão ao Governo recolher Cr\$ 450 bilhões, além do previsto, ao Tesouro Nacional para o exercício de 1983.

Tributos federais

Se a correção da tabela do Imposto de Renda retido na fonte for de 30%, um assalariado que hoje ganha Cr\$ 220 mil terá uma alíquota de 12% e uma dedução de Cr\$ 17 mil 316, isto é, terá desconto na fonte de Cr\$ 9 mil 84. Com a tabela em vigência atualmente — alíquota de 16% e dedução de Cr\$ 20 mil 120 — ele paga Cr\$ 15 mil 80.

A antecipação do Imposto de Renda retido na fonte do assalariado e das empresas prestadoras de serviço, de outubro para julho, permitirá ao Governo recolher, na hipótese mais pessimista, cerca de Cr\$ 50 bilhões.

Os tributos federais, que atualmente têm um prazo de permanência médio de 20 dias no sistema bancário, será reduzido. Uma das propostas em discussão no Governo sugere a redução desse tempo para 10 dias. Outro fato novo em estudo é que um imposto depositado até 29 de dezembro não mais poderá ser recolhido à Receita Federal no seguinte, como é feito atualmente.

Com essa medida da redução de permanência dos tributos federais na rede bancária, o Governo pretende recolher cerca de Cr\$ 400 bilhões adicionais no exercício deste ano. Um dos argumentos dos que a defendem está no fato de que grandes empresas estão negociando com o sistema bancário a remuneração desses recursos. Geralmente pedem até metade do que renderiam no mercado financeiro. Tal manobra só é possível porque esses recursos oriundos dos tributos federais ficam girando no sistema bancário durante 20 dias sem nenhum custo para os bancos.

Pacote

As medidas que compõem o pacote econômico estão em fase de acerto definitivo neste fim de semana e serão levadas segunda-feira ao Presidente Figueiredo pelo Ministro do Planejamento, Delfim Neto, como informou ontem à tarde o líder do Governo no Senado, para assuntos econômicos, Virgílio Távora (CE). O Senador participou, no Palácio do Planalto, de encontros com os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar, Leitão de Abreu e General Danilo Venturini.

Disse que o Presidente disporá dos dois primeiros dias úteis da próxima semana para definir, politicamente, as medidas que vai adotar. Virgílio Távora lembrou uma dificuldade em relação à retirada dos subsídios ao consumo e ao crédito: como autorizar reajustes substanciais nos preços cobrados numa região há cinco anos castigada pela seca? É isso, segundo ele, que o Governo vai ter de examinar, antes de anunciar as medidas do pacote.

Acordo com banqueiros

O Senador explicou que, resolvida a situação interna, o Governo vai-se voltar, em seis meses, para os problemas da dívida externa. Ele fez uma comparação com a situação de uma pessoa doente que recorre a um medicamento para alívio imediato, mas que, em seguida, deverá se submeter a um exame. No caso do Brasil, o alívio imediato foi procurado com o plano de renegociação da dívida externa, a vencer este ano, apresentado aos banqueiros em Nova Iorque em dezembro, e com o pedido de empréstimo feito ao FMI.

Em seis meses, o Governo vai procurar os credores (em contato direto com os banqueiros ou Governo a Governo) e acertar esquema de reescalonamento do prazo para pagamento da política que o Governo vai adotar.

Álcool

O presidente da Comissão Executiva do Álcool — Cenal, Marcos José Marques, informou que, com o preço do álcool fixado em 59% do preço da gasolina até maio de 1984, o Governo obterá recursos que poderão ser reinvestidos no Proálcool. Em função dos novos reajustes esperados para a gasolina, o álcool vai gerar recursos com sua comercialização que não precisam necessariamente ser utilizados para redução do déficit da conta-petróleo.

Marcos José Marques acredita também que a redução do subsídio ao crédito agrícola não deverá afetar o programa. Segundo ele, é grande o número de projetos propostos com recursos próprios. Atualmente, 500 milhões de litros safra são produzidos em destilarias construídas com recursos próprios, além de projetos aprovados, totalizando 400 milhões de litros.

O volume de álcool à disposição da frota nacional este ano é de 8 bilhões 470 milhões de litros.